

Mediação do conhecimento para o acesso à informação: reflexão baseada em uma perspectiva sociológica da ciência da informação

Camila Monteiro de Barros

Mestre em ciência da informação pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

Lígia Maria Arruda Café

Doutora em linguística pela Université Laval, Canadá. Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

Edna Lucia Silva

Doutora em ciência da informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

Resumo

Reflexão a respeito da complexidade da CI em seu caráter social na mediação para o acesso à informação. Discute a produção do conhecimento nas interações sociais, sua legitimação, institucionalização e a constituição das disciplinas científicas. Aborda a questão do fluxo que se dá entre o conhecimento produzido por determinada disciplina científica, a atuação da CI na reconstrução desse conhecimento por meio da representação da informação, e as implicações do acesso a essa informação por pesquisadores. A ênfase dessa reflexão recai, principalmente, no último estágio desse fluxo, considerando-se que o usuário (pesquisador) pauta sua abordagem de busca à informação nas significações e linguagem da disciplina e na sua cultura de seu contexto científico. Considera que, para o efetivo fluxo da informação, é relevante, na representação da informação enquanto mediação, a aplicação da estrutura lógico-semântica da linguagem do grupo social da qual o usuário pertence e pauta suas necessidades informacionais.

Artigo baseado na dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFSC), intitulada "Representação da informação musical: subsídios para recuperação da informação em registros sonoros e partituras no contexto educacional e de pesquisa", 2012.

Palavras-chave

Organização do conhecimento. Organização da informação. Representação do conhecimento. Representação da informação. Ciência da informação.

Knowledge mediation for information access: reflection based on a sociological perspective of the Information Science

Abstract

The objective of this paper is to present a reflection on the complexity of Information Science (IS) with reference to its social mediation for access to information. Knowledge production in social interactions is discussed as well as legitimization and constitution of scientific disciplines. The issue of flow of knowledge produced by a scientific discipline is also analyzed as well as the role of IS in the reconstruction of this knowledge through the information representation and the implications of the access to that information by researchers. Special emphasis of this reflection is pointed out in the last flow stage taking into consideration that the user (researcher) guides his approach to information search according to the meaning and language of the discipline and culture of the scientific context. The effective information flow is important for information representation as a mediation as applied to the logic-semantic structure of the language of the social group which the user belongs to and the information needs are based on.

Keywords

Knowledge organization. Information organization. Knowledge representation. Information representation. Information Science.

INTRODUÇÃO

As novas tecnologias, que permitem intensa interação humana em rede, representam o mais forte aspecto das mudanças nos padrões de sociabilidade da atualidade. Os diversos processos tecnológicos, econômicos, sociais, culturais e políticos que interagem em diferentes níveis da experiência humana, na atual sociedade da informação encontram-se especialmente influenciados pela dinâmica da produção, uso e aplicação da informação (CASTELLS, 2009). Nesse contexto, similarmente a produção do conhecimento é potencializada pelas tecnologias. Embora a tecnologia não determine a sociedade, conforme esclarece Castells (2009), e nem a sociedade descreva o curso da transformação tecnológica, as novas tecnologias tornam ainda mais dinâmica a interação humana na consolidação ou reformulação do conhecimento.

O conhecimento nasce na intersubjetividade, ou seja, é construído nas relações entre sujeitos e entre sujeito e objeto (BERGER; LUCKMANN, 2009). Para Moscovici (2009), o conhecimento é produzido por meio da interação e comunicação e sua expressão está sempre ligada a um grupo específico de pessoas cujos interesses estão direcionados a uma circunstância também específica, ou seja, o conhecimento nunca é desinteressado. Assim, essa troca comunicativa desenvolve uma rede de significações que confere um sentido comum, em determinado grupo social, aos comportamentos e discursos dos atores individuais (MATTELART; MATTELART, 1999). Burke (2003) aponta que há “conhecimentos”, no plural, e uma forma de distinguir entre esses conhecimentos é a sua produção e transmissão por diferentes grupos sociais. Assim, informa que o sociólogo Georges Gurvitch classificava os conhecimentos em sete tipos: perceptivo, social, cotidiano, técnico, político, científico e filosófico (BURKE, 2003).

As identidades étnica, religiosa e profissional passam a constituir importantes marcos da significação social dos sistemas sociológicos de diferentes grupos.

Castells (2009, p.41) constata que vivemos em um mundo de fluxos globais de riqueza e nesse mundo “poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social”. As pessoas, segundo o autor, cada vez mais, “organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que são ou acreditam que são” (CASTELLS, 2009).

Para Burke (2003, p. 12), “a ideia segundo a qual o que os indivíduos acreditam ser verdade ou conhecimento é influenciado, se não determinado, por seu meio social não é nova”. Para o autor, a ideia de analisar o elemento social no conhecimento, apesar de ter início nos primórdios da era moderna, como empreendimento organizado data do início do século XX. Essa abordagem, que teve seu desenvolvimento estimulado pela contribuição de diversas áreas, como a filosofia e a antropologia, atualmente é denominada sociologia do conhecimento.

Sem o intuito de explorar o desenvolvimento da sociologia do conhecimento em detalhes, podemos afirmar que, ainda segundo Burke (2003), essa abordagem na atualidade busca basicamente dar maior ênfase à microsociologia, ou seja, à vida intelectual cotidiana e de pequenos grupos, redes ou “comunidades epistemológicas”, vistos como unidades fundamentais de construção do conhecimento. Em outras palavras, busca explorar as questões relativas aos lugares do conhecimento, sua contextualização socialmente situada.

O conhecimento, cuja matéria-prima é a informação (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995), é construído no processo da representação social, em que o papel e a influência da comunicação, ou seja, do fluxo de informações, é essencial. Robredo (2007, p. 59) reconhece que, na visão dos cientistas e profissionais da ciência da informação, não há indissociabilidade entre os conceitos de conhecimento, informação e comunicação. Braga (1995) já apontava para o mesmo aspecto, quando declarou que na área de ciência da informação há “uma aceitação quase tácita de que informação implica processo de comunicação”.

A ciência da informação (CI), que conforme a visão norte-americana esteve inicialmente muito ligada à computação e à recuperação automática de informações, a partir da década de 70, passou a ter o elemento social como um traço identificador. Os interesses de pesquisa começaram a se voltar para os usuários, suas necessidades e interação com a informação (ARAÚJO, 2003). Braga (1995) lembra que uma das habilidades mais primárias do ser humano é sua capacidade de perceber estímulos externos, e, associado à capacidade de representação desses estímulos em nível interno, o indivíduo inicia a aplicação de duas das suas principais habilidades cognitivas: a da linguagem e da classificação. Ou seja, o estímulo externo ganha significado e torna-se conhecimento na esfera cognitiva do usuário. Araújo (2003), que parece compartilhar com essa visão de Braga (1995), expõe que os enfoques microsociológicos e interpretativos das ciências sociais influenciaram fortemente para um processo de reformulação na compreensão do objeto de estudo da ciência da informação como um todo.

A representação do conhecimento e da informação são processos essenciais para a mediação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação, pressuposto básico que mobiliza as reflexões apresentadas neste artigo. Representar significa, como atesta Alvarenga (2003, p. 20), o *“ato de colocar algo no lugar de”*. A representação em nível primário é realizada pelos autores quando escrevem seus textos e se utilizam para tal de suas observações do mundo e das linguagens pertinentes para a comunicação de conhecimento. A representação secundária, por sua vez, é realizada quando esses textos são transformados em documentos que passam a integrar sistemas informacionais, e para tal precisam ser compactados por meio de descrições de suas características e identificação de sua origem e conteúdo. Nesse caso, Alvarenga (2003, p.23) constata que *“a representação seria um substituto do documento armazenado no sistema, com a finalidade de possibilitar sua recuperação”*. Ambos os processos, segundo Alvarenga (2003), são

cognitivos e almejam que se efetive a comunicação humana. Para que aconteça essa comunicação por meio dessa mediação, acreditamos que seria necessário aproximar a representação (primária ou secundária) do universo cognitivo, social e cultural das pessoas envolvidas nesse universo de recuperação e apropriação da informação, sejam especialistas ou usuários da informação.

Nesse contexto, delineamos o intuito deste artigo em apresentar uma reflexão a respeito da complexidade da CI em seu caráter social na mediação do conhecimento para o acesso à informação. Discutiremos a produção do conhecimento nas interações sociais, sua legitimação, institucionalização e a constituição das disciplinas científicas. Com base nesses conceitos, abordaremos a questão do fluxo que se dá entre o conhecimento produzido por determinada disciplina científica, a atuação da CI na reconstrução desse conhecimento por meio da representação da informação, e as implicações do acesso a essa informação por pesquisadores. A ênfase dessa reflexão recai, principalmente, no último estágio desse fluxo, considerando-se que o usuário (pesquisador) pauta sua abordagem de busca à informação nas significações e na linguagem da disciplina científica a qual pertence.

A CONSTITUIÇÃO DA DISCIPLINA CIENTÍFICA: LINGUAGEM E LEGITIMAÇÃO

A realidade apresenta-se como um mundo intersubjetivo (BERGER; LUCKMANN, 2009). Assim, uma linguagem ou conduta normal, natural, somente o é em correspondência com outros indivíduos que também reconhecem tal conduta ou linguagem. Esse reconhecimento dá-se por meio das interações entre sujeitos, que pressupõem a comunicação e o compartilhamento de representações.

No decurso da comunicação, todas as interações humanas implicam representações (MOSCOVICI,

2009), que são formas intelectuais as quais se ocupam em tornar familiar algo que é incomum. “A dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização” (MOSCOVICI, 2009, p. 55), o que determina que objetos, pessoas e acontecimentos sejam percebidos e compreendidos conforme o contexto. Assim, determinados grupos sociais compartilham um reconhecimento (uma representação) da realidade que faz sentido para esse grupo, ou seja, compartilham a compreensão de objetos, sua categorização, conceitos, modos de conduta, linguagem. Isso não significa que diferentes grupos não compartilhem significados comuns, até porque todas as interações humanas ocorrem em um mundo comum. No entanto, dentro de certos contornos delimitadores (porém não limitantes), certas fontes de significados são comuns aos atores sociais que os originam, compartilham e legitimam (CASTELLS, 2003), por exemplo, as divisões do trabalho, ou conjunto de conceitos de determinada religião.

Essas fontes de significado, cabe ressaltar, refletem uma ordem social que é produto progressivo da atividade humana em que as significações são classificadas, categorizadas e nomeadas, ou seja, reconhecidas. Em uma troca e compreensão mútua de significados, acontece sua institucionalização: “A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p.79). Em suma, a institucionalização é a aceitação de determinado conjunto de condutas (em distintas esferas) como característico de determinado grupo, é um corpo de conhecimentos que fornece as “regras de conduta institucionalmente adequadas” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p.93). A interiorização e a aceitação de que a institucionalização corresponde ao que é real e apropriado incide na legitimação dessa conduta.

Na discussão que se apresenta, cabe deslocar a discussão das representações sociais e significação da realidade para o contexto das diferentes disciplinas científicas que se apresentam como

grupos sociais específicos em que cada disciplina compartilha, entre seus atores, certa compreensão da realidade, linguagem e métodos de conduta condizentes com as perspectivas cognitivas e sociais que a constituem.

Referindo-se especificamente à linguagem, Bourdieu (2008, p. 45) assinala que a construção da “língua legítima, definida pela distância que a separa da língua ‘comum’, [requer] a crença em sua legitimidade”. Assim, não basta que a linguagem praticada por um grupo de atores de determinada disciplina científica (conceitos, perspectivas e métodos de abordagem) seja compreendida, é necessário que seja reconhecida como legítima. Esse reconhecimento acontece em determinadas condições, que definem o uso legítimo da língua: seu uso deve ser pronunciado por uma pessoa esteja apta a utilizar essa classe particular de discurso e deve ser pronunciada numa situação legítima, para receptores legítimos “(não se pode ler um poema dadaísta numa reunião de conselho de ministros)” (BOURDIEU, 2008, p. 91). O autor expõe que um grupo de profissionais produz uma linguagem própria com a função social de distinção nas relações com outros grupos, como forma de preservar os contornos da constituição deste *corpus* comunicativo. “A linguagem assegura a superposição fundamental da lógica sobre o mundo social objetivado. O edifício das legitimações é constituído sobre a linguagem e usa-a como seu principal instrumento” (BERGER; LUCKMANN, 2009, p. 92). Assim, a interação é analisada na associação das trocas simbólicas em contextos linguísticos (MATTELART; MATTELART, 1999).

Na verdade, a linguagem é o aspecto que permeia todo o conjunto de componentes constitutivos de uma disciplina científica, componentes esses que são “construídos e delimitados por meio de processos que se validam pelo compartilhamento das informações produzidas”. (BAZI; SILVEIRA, 2007, p. 129). Segundo Bunge (1989), a institucionalização de uma ciência ou disciplina científica está pautada num conjunto delimitado de processos que se

enquadram em um sistema de ideias ou cognitivo e em um sistema social.

Bunge (1989) observa que o sistema de ideias, que firma o *status* científico de uma disciplina e faz com que ela possa desenvolver-se, é composto pelo seguinte:

- a problemática ou grupo de problemas de pesquisa abordados;
- metas ou objetivos de pesquisa;
- objeto de pesquisa, que inscreve o domínio específico da disciplina;
- métodos regulares de pesquisa;
- uma base filosófica de conhecimentos mais gerais e uma base específica trazida de outros campos de conhecimentos (teorias já desenvolvidas, dados obtidos);
- embasamento em teorias lógicas e explicativas;
- fundo de conhecimento produzido anteriormente pela disciplina.

A institucionalização de uma disciplina, segundo Silveira e Bazi (2008, p.1), se dá a partir de “diálogos e atividades empreendidas pelos atores e instituições em torno das estruturas teórico-metodológicas consensuais que se vinculam à disciplina científica.”

Com relação ao sistema social, Bunge (1989) explica que ele é composto pelas entidades, agências, cursos, eventos e frentes de pesquisa que interagem no desenvolvimento do sistema de ideias.

Em linhas gerais, a institucionalização cognitiva relaciona-se aos aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos de uma disciplina científica. Por sua vez, a institucionalização social pode ser observada pelas formas como a disciplina legitima e desenvolve as instâncias organizacionais que se relacionam a ela. (SILVEIRA; BAZI, 2008, p. 2).

Bazi e Silveira (2007) afirmam que para a visibilidade e o reconhecimento de uma disciplina científica e, portanto, para sua legitimação, a comunicação, especialmente por meio das publicações, é imprescindível. É necessário que o conhecimento produzido seja disseminado, avaliado e aceito pelos pares como forma de consolidar sua inserção na ciência enquanto disciplina com todos os aspectos anteriormente descritos propostos por Bunge (1989).

Uma ciência para se tornar visível necessita transmitir os conhecimentos sedimentados, que já foram produzidos, e comunicar os novos conhecimentos que surgem. Contudo, para que isso aconteça, a ciência necessita de espaços e veículos institucionais para operacionalizar tais atos comunicativos, os quais garantem a circulação, a preservação e o registro dos conhecimentos científicos gerados por uma comunidade científica, possibilitando o desenvolvimento consistente das atividades de pesquisa. (BAZI; SILVEIRA, 2007, p. 132).

Nessa perspectiva, é possível concluir que em um grupo social específico de uma disciplina científica, existem certas condutas institucionalizadas e uma linguagem legitimada, ambas compartilhadas pelos atores sociais desse grupo. Para Habermas (2003, p. 44), toda ciência que assume objetivações de significados de seu objeto, ao intérprete não cabe mais dar significado às coisas observadas, “mas que tem, sim, que explicitar o significado ‘dado’ de objetivações que só podem ser compreendidas a partir dos processos e comunicação”.

Ao abordarmos a importância da comunicação do conhecimento científico, situamos a presente discussão nas questões do compartilhamento de significados, entre disciplinas científicas diferentes ou similares, inserindo-se a reflexão a respeito do papel da CI na mediação do fluxo desses significados objetivados na linguagem de cada disciplina.

CIÊNCIA SOCIAL DA INFORMAÇÃO: MEDIANDO SIGNIFICADOS

A questão da intersubjetividade e da compreensão da realidade como algo que é construído socialmente interfere fortemente, em especial após a década de 1970 (ARAÚJO, 2003), na interpretação do que a CI entende ser informação. Para tal, insere-se o sujeito como ponto fundamental de significação da informação e da construção de conhecimento. “Os sujeitos precisam, necessariamente, ser incluídos nos estudos sobre a informação e, sobretudo, precisam ser incluídos em suas interações cotidianas, formas de expressão e linguagem, ritos e processos sociais”. (ARAÚJO, 2003).

Para Tálamo e Smit (2007, p. 41),

O objetivo do campo da Ciência da Informação [...] é a formulação de sistemas significantes dos conteúdos registrados para fins de recuperação da informação. Tais sistemas significantes constituem a informação qualificada para recuperação e uso dos conteúdos originais.

Para que fique mais claro o processo pelo qual o conteúdo original de um documento passa até que a informação qualificada seja extraída e representada para recuperação, é relevante abordarmos, ainda que brevemente, a organização e a representação do conhecimento e da informação.

Bräscher e Café (2010) consideram que a organização do conhecimento é um sistema mental que reside no campo das ideias, é a forma pela qual os indivíduos apreendem a realidade por meio de sistemas de cognição e de representação. Tais representações são constituídas nos processos de interação, conforme abordado no tópico anterior. Como modo de objetivar a organização do conhecimento, é possível que essas percepções sejam exteriorizadas por meio da linguagem. Com o objetivo de permitir a organização da informação, a representação do conhecimento é objetivada nos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), como em

taxonomias, tesouros, ontologias (BRÄSCHER; CAFÉ, 2010). Tais sistemas se diferenciam da linguagem natural dos documentos pela definição de linguagens com terminologias próprias e da eliminação de ambiguidade de termos. Esses sistemas são também conhecidos como linguagens de indexação ou linguagens documentárias (SALES; CAFÉ, 2009). Com base nos SOCs, no âmbito da CI, inicia-se a organização da informação (documentos) que resulta na sua representação (descritores, índices, referências).

Robredo (2007, p. 60) reflete que “há, de fato, um processo de transformação do conhecimento (dentro da mente) em ‘informação’ fora da mente. Então, ‘informação’ seria o conhecimento ‘externalizado’, mediante algum tipo de codificação”. O autor enfatiza que é facilmente perceptível a importância da linguagem na exteriorização do conhecimento tanto no que se refere à própria construção de um texto quanto à análise de conteúdo e posterior codificação. “Em outras palavras, meu conhecimento e sua forma de expressão terminam onde termina minha linguagem”. (ROBREDO, 2007, p. 51).

Em suma, partindo de determinado conteúdo exteriorizado em livros, artigos, etc., carregado de significado e objetivado segundo uma linguagem legitimada por um grupo de atores sociais, a CI atua na redução do código de comunicação, por intermédio da “(re)formatação da linguagem na informação primária, a fim de atender aos requisitos técnicos e de produtividade (espaço, tempo) de um sistema de recuperação da informação”. (BARRETO, 2000, p.??).

Nesse contexto apontamos o que consideramos um elemento relevante de trabalho da CI na mediação da informação entre todos os campos de conhecimento (científico, cotidiano, técnico, etc.): a linguagem aplicada na codificação (redução) do conteúdo original de um documento para aplicação em um sistema de recuperação da informação. Souza (2007, p. 116) ressalta que “as linguagens de representação e recuperação de informação sempre

tiveram, continuam tendo e sempre terão um papel preponderante em qualquer sistema e rede de informação”.

Uma determinada necessidade informacional – a necessidade de redução de uma incerteza ou de uma insatisfação no estado atual de conhecimento (CRUZ, 2008) – desencadeia um comportamento de busca pela informação. Na busca de informação, mais especificamente na interação com o sistema de busca, o ator social e comunicativo – o usuário - constrói, sob a influência de diversos fatores internos e externos a ele, uma expressão linguística que exterioriza a lacuna informacional existente dentro dos delineamentos contextuais da realidade que esse indivíduo participa. Essa realidade, no caso da presente reflexão, determinada disciplina científica, é compartilhada por outros indivíduos para categorizações do conhecimento são nomeadas e significados são aceitos, interiorizados e compartilhados. Tais aspectos são muito influentes na construção da expressão linguística de busca de informação. Habermas (2003, p. 41) afirma que, para a hermenêutica, a linguagem é considerada a partir da maneira como é empregada pelos indivíduos, tendo o “objetivo de chegar à compreensão conjunta de uma coisa ou uma maneira de ver comum”.

Essa problemática linguística permeia diversas áreas do conhecimento que se ocupam das questões das interações sociais, conforme Bourdieu (2008, p. 81) aponta:

A ciência social lida com realidades já nomeadas e classificadas, portadoras de nomes próprios e de nomes comuns, de títulos, signos, siglas. Sob o risco de retomar por sua conta, sem o saber, atos de constituição cuja lógica e cuja necessidade ela ignora, a ciência social deve tomar como as operações sociais de *nomeação* e os ritos de instituição através dos quais elas se realizam. (grifo do autor)

Logo, é importante que a ciência da informação se aproprie, no desenvolvimento de instrumentos de

representação do conhecimento, das “operações sociais de nomeação” realizadas no contexto em que o usuário final se insere. Este usuário é parte integrante do fluxo informacional junto com os produtores, sistemas e mediadores. Ou seja, apesar de baseada, primordialmente, no próprio documento, os princípios linguístico-semânticos de representação da informação precisam basear-se na constituição da lógica linguística do grupo social final a que tal documento se direciona. Merleau-Ponty (1991, p.91) esclarece o princípio da lógica linguística:

Do ponto de vista fenomenológico, ou seja, para o sujeito falante que utiliza sua língua como meio de comunicação com uma comunidade viva, a língua reencontra a sua unidade: já não é o resultado caótico de fatos lingüísticos independentes, e sim um sistema cujos elementos concorrem todos para um esforço de expressão único voltado para o presente ou para o futuro, e assim governado por uma lógica atual.

O autor destaca que essa lógica linguística implica a interação dos signos para construção de significado e para a compreensão, ou seja, termos independentes e descontextualizados não carregam significados por si próprios, cabe à lógica estrutural e semântica da língua determinar esses significados.

Ressaltamos que isso não significa que a linguagem da representação da informação, em seus conceitos e descrição, será ditada ou deverá obedecer, como uma lei, somente às expectativas do usuário final. O significado do conteúdo do documento representado precisa situar-se o mais próximo possível da proposta original do autor (BARRETO, 2000), no entanto, propõe-se uma aproximação lógico-semântica entre a formulação da expressão de busca e o formato da informação representada. Braga (1995) adverte que

Na verdade, os SRIs [sistemas de recuperação da informação] não recuperam informação, ou recuperam apenas uma informação potencial, uma

probabilidade de informação, que só vai se consubstanciar a partir do estímulo externo documento, se também houver uma identificação (em vários níveis) da linguagem desse documento, e uma alteração, uma reordenação mental do receptor-usuário. A informação, nesse enfoque, é apenas uma probabilidade, uma incerteza, uma imprevisibilidade.

Souza (2007, p. 113), na mesma linha de Braga (1995), dá maior enfoque aos dois principais aspectos que influenciam na avaliação da eficiência de um sistema de recuperação da informação:

[...] a eficiência do sistema será medida pela adequação do processo de tratamento da informação, tendo como referenciais a própria natureza da informação e a caracterização das expectativas dos usuários frente ao sistema em questão. Em outras palavras: é em função desses dois parâmetros referenciais que deve ser definido o “como” classificar, indexar, recuperar e disseminar.

Ou seja, os dois principais parâmetros para o tratamento da informação é o documento em sua forma original e o usuário a que se destina, ambos aspectos constituídos por questões de interações socialmente situadas, objetivadas por meio linguagem. Se, por exemplo, determinado sistema de informação atende a um grupo de pesquisadores da área da saúde, os documentos desse sistema estarão representados segundo a lógica das necessidades informacionais desse grupo. Assim, um registro sonoro, por exemplo, estará diferentemente representado para atender às necessidades informacionais de profissionais da área da saúde ou da musicologia. Barreto (2000) explica que uma estrutura de informação “pode estar configurada em linguagem natural ou em uma metalinguagem para controle e localização, representada por um conjunto ou um subcódigo do código linguístico comum à comunidade de usuários com a qual o estoque se relaciona”.

Bourdieu (2008, p. 24) aponta para uma questão central nessa discussão. O autor discorre sobre a capacidade linguística e social que o receptor precisa operar para decifrar o significado de um produto linguístico proposto por um produtor socialmente caracterizado, “além do fato de que os esquemas de interpretação que os receptores põem em ação em sua apropriação criativa do produto proposto podem ser mais ou menos distanciados daqueles que orientam a produção”. Barreto (2007, p. 24), nessa linha, observa que “o lugar em que a informação se faz conhecimento é na consciência do receptor que precisa ter condições para aceitar a informação e a interiorizar”. Talvez a proposta da CI, no intuito de aperfeiçoar a recuperação da informação, seja justamente essa aproximação entre a linguagem empregada pelo produtor e a linguagem empregada pelo receptor, no caso, o usuário. Nesse contexto, os SOCs ocupam importante papel como padronizadores da representação da informação na entrada e saída de um SRI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação da informação e do conhecimento é parte de um processo que constitui um sistema específico, cujo principal intuito é permitir o acesso e possibilitar a recuperação da informação. No entanto, esse sistema não é fechado em si, mas tem forte relação com um sistema maior, o sistema social, no qual se constituem os significados e suas relações conforme a interação das pessoas. Por isso torna-se fundamental exercitar a visão da informação tanto nas relações internas dos sistemas informacionais (natureza informação, instrumentos de representação, estrutura dos sistemas), quanto nas relações entre a informação e o mundo exterior.

A organização de termos e conceitos de modo coerente para o usuário é um aspecto importante para a eficiência do sistema de recuperação de informação; assim, os sistemas sociológicos representados pelos diversos grupos de usuários são de primeira necessidade. Partindo-se da premissa

de que a representação e a busca de informações de todos os tipos (textuais, sonoras, imagéticas) são ainda, majoritariamente, realizadas por meio de expressões textuais, o estudo aprofundado da linguística e seus desdobramentos confirmam-se como um importante campo de pesquisa para a área da ciência da informação.

Em se tratando do conhecimento científico especializado, os aspectos que permeiam suas significações possuem um modelo social e cognitivo mais consistente e com um delineamento mais visível, pela própria constituição teórico-metodológica adotada pela área. Ainda que sempre em expansão e desenvolvimento (pois é próprio da ciência discutir, construir e reconstruir conceitos, estar em busca da divergência), a lógica linguística e as perspectivas de abordagens do objeto de estudo das disciplinas científicas são indícios preliminares para a orientação da representação da informação a partir da realidade conhecida pelo usuário.

Os conceitos de relevância e pertinência em sistemas de recuperação da informação estão intimamente ligados às questões linguísticas. A evolução das tecnologias da informação possibilitou a realização de estudos mais específicos da área da computação, que tem procurado desenvolver sistemas de recuperação de informações com maior flexibilidade e capacidade associativa de termos, gerando alternativas para construção de expressões de busca de informação que vão além dos princípios das operações booleanas.

Sustentando a presente discussão nas questões linguísticas e significativas da informação, fica evidente o fator social que toca a ciência da informação na mediação do conhecimento científico. O reconhecimento da realidade social do usuário é a principal sustentação para a aplicação da representação dos significados da informação.

A intersubjetividade da realidade, a necessidade de objetivá-la e estruturá-la como modo de organização do conhecimento, o conceito de informação tão

amplo, indefinido, fugidio e, no entanto, de discussão fundamental, são aspectos que tomam parte da construção social da ciência da informação enquanto campo de conhecimento, da cognição do indivíduo enquanto usuário e das nossas vivências enquanto habitantes da sociedade da informação.

Data de submissão: 19-06-2012

Data de aceite: 21-05-2013

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. *Encontros Bibli*, Florianópolis, n.15, p.1-23, 1 sem. 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/97>>. Acesso em: 15 maio 2012.

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010019652003000300003&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2010.

BARRETO, A. A. Os agregados de informação: memórias, esquecimento e estoques de informação. *Data GramZero*, Rio de Janeiro, v.1, n. 3, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br/>>. Acesso em: 7 set. 2010.

_____. Uma história da ciência da informação. In: TOUTAIN, L. M. B. B (org.). *Para entender a Ciência da Informação*. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 13-34. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/145/1/Para%20entender%20a%20ciencia%20da%20informacao.pdf>> Acesso em: 4 set. 2010.

BAZI, R. E. R.; SILVEIRA, M. A. A. Constituição e institucionalização da ciência: apontamentos para uma discussão. *TransInformação*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 129-137, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/index.php>>. Acesso em: 3 set. 2010.

- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas*. 2. ed. São Paulo: Ed. da EDUSP, 2008.
- BRAGA, G. M. Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos. *Ciência da Informação* Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/534/486>>. Acesso em: 20 ago. 2010.
- BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L.. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: LARA, M. L.G.; SMIT, J.. (Org.). *Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010, p. 85-103.
- BUNGE, M. A. *Ciência e desenvolvimento*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1989.
- BURKE, P. *Uma história social do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CRUZ, F. W. *Comportamento informacional de usuários leigos em música*. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2008.
- CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura: a sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2009. v.1
- _____. *A era da informação: economia, sociedade e cultura: o poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. v. 2
- HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- MATTELART, A.; MATTELART, M. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.
- MERLEAU-PONTY, M. *Signos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigação em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO, J. M. M. Traçados e limites da ciência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/531/483>> Acesso em: 3 set. 2010.
- ROBREDO, J. Filosofia da ciência da informação ou ciência da informação e filosofia? In: TOUTAIN, L. M. B. B (org.). *Para entender a Ciência da Informação* Salvador: EDUFBA, 2007, p. 35-74. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/145/1/Para%20entender%20a%20ciencia%20da%20informacao.pdf>> Acesso em: 4 set. 2010.
- SALES, R.; CAFÉ, L. Diferenças entre tesouros e ontologias. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 99-116, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/646/541>>. Acesso em: 6 set. 2010
- SILVEIRA, M. A. A.; BAZI, R. E. R. A ciência da informação no Brasil e sua frente de pesquisa: estudo cienciométrico sob a ótica da institucionalização da pesquisa científica (1995-2005). *Encontros Bibli*, Florianópolis, n. 26, p. 1-16, 2º sem. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/7179/6931>> Acesso em: 6 set. 2010.
- SOUZA, R. F. Organização do conhecimento. In: TOUTAIN, L. M. B. B (Org.). *Para entender a Ciência da Informação*. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 103-124. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/145/1/Para%20entender%20a%20ciencia%20da%20informacao.pdf>> Acesso em: 4 set. 2010.
- TÁLAMO, M. F. G. M.; SMIT, J. W. Ciência da informação: pensamento informacional e integração disciplinar. *Brazilian Journal of Information Science*, v.1, n.1, p. 33-57, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.bjis.unesp.br/>>. Acesso em: 5 set. 2010.